

BIRD examina o estado da economia

7 OUT 1987

por Celso Pinto
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

São dúvidas desse tipo sobre a viabilidade do Plano Macroeconômico a médio prazo que o BIRD tentará responder em outubro. O banco tem procurado manter uma postura cordial com o Brasil e isso refletiu-se nas conversas entre seu presidente, Barber Conable, e a equipe econômica durante a reunião anual do FMI e BIRD, nos Estados Unidos, na semana passada. Mas o banco também tem deixado claro que a aprovação de empréstimos setoriais depende da existência de um programa econômico consistente, além do cumprimento das condicionalidades específicas a cada caso.

O empréstimo de US\$ 500 milhões ao setor elétrico é um exemplo disso. Ele deveria ter sido aprovado ainda no ano fiscal encerrado no último dia 30 de junho. Sua votação, no entanto, foi sucessivamente adiada e ele poderá ser examinado, na melhor das hipóteses, em novembro. Existem algumas questões estritamente técnicas — relativas, por exemplo, à remuneração do setor elétrico — que têm emperrado esse empréstimo. Mas existe, igualmente, a questão maior, relacionada ao programa econômico e às negociações do Brasil com os seus credores.

Dificuldades para aprovação de empréstimos setoriais ao Brasil já existiam, a rigor, desde o ano passado. Em meados de 1986, um empréstimo de US\$ 500 milhões, também para o setor elétrico, acabou aprovado contra o voto

do representante do governo norte-americano e um empréstimo setorial agrícola, de US\$ 500 milhões, foi aprovado mas até hoje não inteiramente desembolsado.

O Banco Mundial tem tido uma postura tradicionalmente positiva em relação ao Brasil, mas não quer avançar, como instituição, além do posicionamento dos outros credores. Se os credores, em geral, têm procurado mostrar desagrado com a moratória, o BIRD não quer ser o primeiro lugar onde o Brasil poderia encontrar sinais favoráveis.

Esse tipo de abordagem não é inteiramente consensual entre o "staff" do banco, mas é hoje dominante. Ela foi, aliás, claramente registrada pela equipe econômica brasileira, onde vários altos funcionários têm reclamado das crescentes imposições macroeconômicas do BIRD e de sua maior subordinação às iniciativas dos outros credores, especialmente os governos, a começar do norte-americano.

Em função dessa postura do BIRD, aliás, o Brasil acabou reformulando para baixo, de US\$ 1,4 bilhão para US\$ 1 bilhão, a previsão de ingresso de recursos neste ano. E fato, de todo modo, que esse fluxo pode ser rapidamente acelerado desde que haja um sinal verde em relação ao Brasil. Isso depende, fundamentalmente, do resultado da avaliação da economia alguns meses depois da implantação do Plano Bresser, do julgamento da consistência das metas a médio prazo e dos progressos nas negociações entre o Brasil e seus credores.

BIRD examina o estado da economia

por Celso Pinto
de São Paulo

O Banco Mundial (BIRD) fará uma minuciosa avaliação da economia brasileira durante este mês. O resultado será muito importante para definir a postura do BIRD na avaliação futura dos empréstimos de maior porte ao Brasil, os chamados empréstimos setoriais.

A avaliação do BIRD também terá peso no julgamento dos bancos privados credores do País. Fontes qualificadas disseram que os bancos estão interessados no diagnóstico do BIRD e poderão usá-lo como um insumo a mais na negociação da dívida externa.

Os bancos privados, é bom lembrar, jamais afastaram a hipótese de o BIRD vir a funcionar como o "avalista" da política econômica brasileira. No documento de duas páginas em que os bancos fixaram seus princípios para negociar com o Brasil, na reunião da última sexta-feira,

em Nova York, há uma referência genérica sobre a questão do acompanhamento da economia brasileira.

No terceiro ponto levantado pelo documento dos bancos, onde se discute a questão da divisão de recursos entre fontes privadas e oficiais no "pacote" brasileiro, existe uma menção sobre o problema do acompanhamento da economia brasileira. A frase é vaga o suficiente para evitar uma reação abrupta do lado brasileiro, mas o sentido embutido é inequívoco: os bancos gostariam que o programa brasileiro fosse conduzido de forma concertada com organismos internacionais. Não há referência específica, contudo, ao FMI ou ao BIRD. Esta frase do documento foi a que gerou mais discussões e dúvidas entre a delegação brasileira que estava presente à reunião com o comitê dos bancos.

Mesmo que o Banco Mundial não venha a desempenhar um papel mais relevante num acordo entre o Brasil e seus credores, a análise da economia brasileira é vital para definir a moldura para os empréstimos ao País. Desde o ano passado, o BIRD, já com os olhos postos na possibilidade de ter um espaço maior na questão da dívida externa, passou a exigir que os países apresentassem um programa macroeconômico de médio prazo.

Tais programas seriam a base para o exame, pelo BIRD, de empréstimos cujas condicionalidades são mais abrangentes, os chamados "policy loans". No caso do Brasil, estão nesta categoria vários empréstimos setoriais que vêm sendo discutidos há algum tempo e que somam US\$ 2,5 bilhões.

Vários países, inclusive o Brasil, reagiram negativamente à exigência do BIRD de um programa macroeconômico. Como prova de flexibilidade, o banco aceitou no início do ano, no caso da Argentina, o programa elaborado pela equipe econômica de seu governo, como a base do programa de médio prazo. No caso do Brasil, tentou-se montar, sem sucesso, um programa no ocaso da gestão de Dilsen Funaro no Ministério da Fazenda. O Plano de Controle Macroeconômico que acompanhou o Plano Bresser certamente poderá servir como base para o BIRD, mas existem muitas

dúvidas a serem resolvidas.

As questões que preocupam o BIRD não são diferentes das que muitos economistas têm levantado. Existem dúvidas sobre a viabilidade de manter uma taxa de crescimento de 5% neste ano e de 7% nos próximos, dadas as restrições ao acesso de financiamentos externos. Originalmente, supunha-se que o plano trabalharia com uma taxa mais modesta de expansão de 3,5% do PIB neste ano e de 6% para os próximos.

Pela mesma razão, há dúvidas sobre o tamanho do déficit público projetado pelo governo e, especialmente, sobre a capacidade de mantê-lo sob razoável controle. Existem pressões por expansão de gastos públicos partindo de algumas áreas, como os estados, onde a capacidade de resistência do governo federal é muito débil, dada a fragilidade de seu esquema de sustentação política.

(Continua na página 14)